

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS - SESA
FACULDADE AMADEUS - FAMA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ANA PAULA SANTOS FERREIRA

**ESTUDO DA IMPORTANCIA SPED E OS BENEFICIOS DA NF-e OFERECE PARA
A EMPRESA NO RAMO COMÉRCIO E SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE NOSSA
SENHORA DO SOCORRO-SE**

**Aracaju – SE
2013**

ANA PAULA SANTOS FERREIRA

**ESTUDO DA IMPORTANCIA SPED E OS BENEFICIOS DA NF-e OFERECE PARA
A EMPRESA NO RAMO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS NO MUNICIPIO DE NOSSA
SENHORA DO SOCORRO-SE**

Relatório de Estágio Supervisionado
apresentado à Faculdade Amadeus como
requisito para aprovação final e obtenção do
grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a. Esp. LUCILEIDE
RODRIGUES DA SILVA.

**Aracaju – SE
2013**

ANA PAULA SANTOS FERREIRA

**ESTUDO DA IMPORTANCIA SPED E OS BENEFICIOS DA NF-e OFERECE PARA
A EMPRESA NO RAMO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS NO MUNICIPIO DE NOSSA
SENHORA DO SOCORRO-SE**

**Relatório de Estágio Supervisionado apresentado à Faculdade Amadeus como
requisito para aprovação final e obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Contábeis.**

Profº. Msc. Washington Oscar Guimarães Pinto
Coordenador do Curso

Prof^a. Esp. Lucileide Rodrigues da Silva
Orientadora

Aprovado (a) com média: _____

Aracaju (SE), 12 de JUNHO de 2013

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, por cada momento de minha vida, dos difíceis pela experiência que adquiri e os fáceis pela colaboração destes aprendizados com as pessoas.

A minha família pelo apoio, carinho, pelos conselhos, atenção e incentivo em todos os momentos de minha vida.

Aos meus amigos mais antigos, aos amigos de que trabalho e a todos que estiveram presentes a minha jornada diária, transmitindo conhecimento e informações do dia-a-dia para meu aperfeiçoamento na área da contabilidade.

A todos meus amigos e professores da Faculdade Amadeus, pelo apoio, carinho, atenção, pelos conselhos e incentivos, pela dedicação e satisfação ao transmitir o conhecimento na área dedicada em todo o decorrer do curso.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Impacto com a Implantação do SPED.....	24
QUADRO 2 – Aspectos Positivos e Negativos com a implantação NF-e.....	25

LISTA DE TABELA

TABELA 1 – Redução de custos de aquisição de papel 2013.....	21
---	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AIDF** – Autorização de Informação de Documentos Fiscais.
- CNPJ** – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.
- COTEPE** – Comissão Técnica Permanente.
- CPF** – Cadastro Pessoa Física.
- CFC** – Conselho Federal de Contabilidade.
- CRC** – Conselho Regional de Contabilidade.
- DACON** – Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais.
- DANFE** – Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica.
- DCTF** – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais.
- DIC** – Declaração de Informação do Contribuinte.
- DIF** – Declaração de Instituições Financeiras.
- DIPJ** – Declaração de Informações Econômicas Fiscais.
- DIRF** – Declaração de Imposto Retido na Fonte.
- ECD** – Escrituração Contábil Digital.
- EFD** – Escrituração Fiscal Digital.
- GIA** – Guia Nacional de Informação.
- ICMS** – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços.
- IPI** – Imposto Sobre Produtos Industrializados.
- ISS** – Imposto Sobre Serviço.
- NFE** – Nota Fiscal Eletrônica.
- SEFAZ** – Secretaria do Estado da Fazenda.
- SPED** – Sistema Público de Escrituração Digital.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS
LISTA DE TABELAS

1 INTRODUÇÃO	8
2 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA	9
2.1 Histórico da Empresa.....	9
2.2 Missão.....	9
2.3 Visão.....	9
2.4 Valores.....	9
3 ASPECTOS CONCEITUAIS	10
3.1 Contabilidade.....	10
3.2 Princípios da Contabilidade	10
3.3 Obrigações Acessórias.....	11
3.4 Certificado Digital	11
3.5 SPED – Sistema Público de Escrituração Fiscal	12
3.6 Nota Fiscal Eletrônica - NFE	13
3.6.1 Processamento da NFE.....	14
3.6.2 DANFE.....	15
3.6.3 Cancelamento	15
3.7 ECD – Escrituração Contábil Digital	16
3.8 EFD – Escrituração Fiscal Digital.....	17
4 ATIVIDADE DO ESTAGIO E ANALISE DOS RESULTADOS.....	19
4.1 Identificar Referencial Teórico acerca de Documentos Contábeis e Documento Digital	19
4.1.1 NFE – Nota Fiscal Eletrônica	19
4.1.2 ECD – Escrituração Contábil Digital	19
4.1.3 EFD - Contribuições.....	20
4.2 Destacar as Vantagens da NFE para a empresa no Ramo de Comercio e Serviços LTDA	20
4.3 Evidenciar o Impacto do SPED e NFe para uma Empresa no Ramo de Comercio e Serviços Ltda.....	23
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	28

1. INTRODUÇÃO

Com as constantes inovações tecnológicas que vem surgindo devido a grande competitividade do mundo globalizado, cada vez mais tem se requisitado capacidade de processamento de informações das empresas. A tecnologia da informação é mais do que uma forma de trocar dados, essa evolução digital proporcionou impacto na maneira de praticar contabilidade. O tema deste trabalho define-se em um estudo da importância do SPED e quais os benefícios a NF-e oferece para empresa no ramo de Comercio e Serviços no município de Nossa Senhora do Socorro/SE, com base nos aspectos abordados pelo tema traz à problemática de quais as vantagens a empresa obteve com a implementação do SPED e NF-e?

Seu objetivo geral analisou a importância SPED e os benefícios da NF - e para empresa no ramo de Comercio e Serviços no município de Nossa Senhora do Socorro/SE, e teve como objetivos específicos: Identificar um referencial teórico acerca de documentos contábeis e documento digital; Destacar as vantagens da NF-e para empresa no ramo de Comércio e Serviços; Evidenciar o impacto do SPED E NF-e para empresa no ramo de Comércio e Serviços;

Esse trabalho justificou-se devido à necessidade sobre a integração entre contribuintes e administrações tributarias no combate a fraudes as instituições públicas e também conforme o avanço tecnológico as empresas públicas e privadas enfrentam a tarefa de migrar seus procedimentos burocráticos para o mundo digital, podendo ainda proporcionar aos empresários e contabilistas um visão ampla dos benefícios e oportunidades que o SPED e NF-e pode trazer.

A metodologia utilizada neste relatório científico, teve como pesquisa de natureza aplicada, de problemática qualitativa, com objetivos descritivos e exploratórios, onde os procedimentos aplicados foram de forma documental através de observação dos fatos estabelecidos em lei, além de acervos bibliográficos e revistas especializadas.

O relatório de estágio supervisionado foi orientado pelo contador Leonardo Santos de Alcântara, CRC/SE 3575, na empresa do ramo de Comércio e Serviços, Nossa Senhora do Socorro/SE, no período de 02/01/2013 a 03/03/2013, com carga horaria de 80hs.

2 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

2.1 Histórico

A empresa foi criada em 2005 como consta em seu cadastro na Receita Federal com a finalidade de comércio e serviços de peças automotivas por dois sócios visionários, ela está dividida em duas partes: a loja onde são comercializadas peças automotivas e outros produtos afins e a oficina onde é desenvolvida a manutenção e reparo mecânico dos veículos, atualmente ela está enquadrada no Lucro Presumido obrigada a emissão de NF-e e EFD- contribuições.

2.2 Missão

Atuar de forma segura e rentável no ramo de autopeças e fornecer produtos e serviços adequados a seus clientes a fim de satisfazê-los. A empresa tem como objetivo o Comércio Varejista de peças e Acessórios para veículos em geral.

Os produtos oferecidos têm um alto grau de qualidade e garantia, pois dispõe de peças originais vendidas diretamente de fábricas e fornecedores. Como se trata de um comércio que atua neste ramo há 8 anos possui profissionais com alta experiência e qualificados para atender a demanda das vendas, para isto possui uma grande variedade de produtos em seu estoque.

2.3 Visão

Ser a melhor autopeça do Brasil, preferida pelos consumidores e profissionais do ramo, por viabilizar sempre novos produtos e inovação para carros nacionais e importados.

2.4 Valores

- Integridade
- Respeito
- Inovação
- Crescimento Sustentável

3 ASPECTOS CONCEITUAIS

3.1 Contabilidade

A contabilidade é uma área de conhecimento cuja evolução sempre esteve associada à informação e com avanço digital para que cada vez mais tivéssemos segurança nas informações na tomada de decisões.

Segundo Hilário Franco (1990), a contabilidade tem por finalidade:

Analisar, interpretar e registrar os fenômenos que ocorrem no patrimônio das pessoas físicas e jurídicas busca demonstrar a seus usuários, através de relatórios próprios (Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ou Demonstração de Lucros ou prejuízos Acumulados, Balanço Patrimonial, Demonstração de origens e aplicações de recursos e outros), as informações sobre o comportamento dos negócios para a tomada de decisões.

3.2 Princípios da Contabilidade

À medida que a prática contábil foi se aperfeiçoando, surgiu a necessidade de identificar princípios que surgiram a necessidade que as orientassem a função de registrar os fatos que orientassem a função de registrar os fatos que afetam o patrimônio de instituição.

No Brasil a resolução do CFC nº 750.93, como já foi dito, define os princípios que estão revestidos de universalidade e generalidade, elementos que caracterizam o conhecimento científico, esses princípios são:

Princípio da Entidade - diz que a contabilidade deve haver plena distinção e separação e separação entre pessoa física e jurídica, a contabilidade apenas registrar fatos e atos ocorridos no patrimônio da empresa nunca se mistura com patrimônio particular dos sócios.

Princípio da Continuidade - A continuidade ou não da entidade, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.

Princípio da Oportunidade - Refere-se, simultaneamente, a tempestividade e a integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que a originaram.

Princípio do Registro pelo Valor Original - Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores,

inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da entidade.

Princípio da Atualização Monetária – os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

Princípio da Competência - As receitas e despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. Determina quando as alterações no ativo ou no passivo resultam em aumento ou diminuição no patrimônio líquido, estabelecendo diretrizes para classificação das mutações patrimoniais, resultantes da observância do princípio da oportunidade.

Princípio da Prudência – Determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido. Impõe a escolha da hipótese de que o resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.

3.3 Obrigações Acessórias

Constituindo o fato gerado de um tributo o órgão responsável poderá fazer sua cobrança mais para isso precisa haver o lançamento, para efetuar o lançamento existem 3 modalidades: o lançamento por declaração, o de ofício e o de homologação, nesse caso o utilizado seria em forma de declarações que podem ser obrigações Federais, Estaduais, Municipais que vem a ser instrumento de comprovação da obrigação tributaria.

Conforme Azevedo, Mariano (2009, p.30) são exemplos de obrigações acessórias:

- “Federais:
- DCTF, DIPJ, DIRF, DIF;
- Estaduais:
- DIC, GIA – ST, Escrituração Livros fiscais, Emissão de Notas Fiscais, AIDF;
- Municipais:
- ISS.”

3.4 Certificado Digital:

Para o envio digital de algumas obrigações acessórias, incluindo o SPED é necessário um certificado digital pra que a empresa assine as declarações digitalmente por meio da internet.

¹Assinatura Digital é o processo eletrônico de assinatura, baseado em sistema criptográfico assimétrico, que permite ao usuário usar sua chave privada para declarar a autoria de documento eletrônico a ser entregue à RFB, garantindo a integridade de seu conteúdo.

O certificado pode ser definido como sendo a tecnologia que provê mecanismos de segurança, sendo capaz de gerar autenticidade às informações eletrônicas trocadas na internet. (Azevedo, Mariano, 2009).

²Segundo a Instrução Normativa RFB nº 1.077, de 29 de outubro de 2010:

Art. 3º O processo de certificação digital a que se refere o § 1º do art. 1º fundamentar-se-á nos seguintes conceitos:

I - documento eletrônico: aquele cujas informações são armazenadas exclusivamente em meios eletrônicos;

II - certificados digitais e-CPF, e-CNPJ: documentos eletrônicos de identidade emitidos por Autoridade Certificadora credenciada pela Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil (AC-Raiz) e habilitada pela Autoridade Certificadora da Secretaria da Receita Federal do Brasil (ACRFB), que certificam a autenticidade dos emissores e destinatários dos documentos e dados que trafegam em uma rede de comunicação, bem como assegura sua privacidade e inviolabilidade;

Autoridade Certificadora Habilitada, responsável pela confirmação da identidade dos solicitantes dos certificados e-CPF e e-CNPJ;

VIII - usuário: pessoa física ou jurídica, titular de certificado digital e-CPF ou e-CNPJ, respectivamente, bem como de qualquer outro certificado digital emitido por Autoridade Certificadora não habilitada pela RFB e credenciada pela ICP-Brasil.

Segundo Duarte (2009), este passaporte virtual é um arquivo eletrônico que contém alguns dados para identificar uma pessoa, como por exemplo: nome, data de nascimento, CPF, título de eleitor, e-mail e também informações que identificarão os emissores do certificado.

3.5 SPED – Sistema Pública Escrituração Fiscal

Devido o avanço tecnológico e informatização do comércio e transações entre os contribuintes, o volume e montante de recursos movimentados aumentaram consideravelmente, fazendo com que os gestores de tributos sentissem a dificuldade em detectar e prevenir a evasão fiscal surge à necessidade em informatizar a relação entre o fisco e os contribuintes.

¹ Disponível no Site: http://www.normaslegais.com.br/legislacao/in_rfb_1077.htm> Consulta em 30/05/2013.

² Disponível no Site: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/2010/in10772010.htm>> Consulta em 30/05/2013.

³ Foi instituído através do decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007 o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital. O projeto se iniciou com 3 subprojetos: NF-e, SPED Contábil e SPED Fiscal, atualmente está em estudos e- Lalur, EFD – Social e a Central de Balanços.

Contudo o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital é um grande avanço tecnológico que irá auxiliar aos órgãos competentes na fiscalização de seus contribuintes através de informações precisas e digitais.

Segundo Junior (2009, p.2) conceituar SPED – Sistema Público de Escrituração Contábil é:

(...) pode-se dizer que SPED consiste na modernização atual da sistemática atual quanto ao cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital.

Segundo Azevedo, Mariano (2009, p.45) o SPED vai racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes: propiciara as empresas uma fora única de entrega de informações o que até algum tempo atrás era feito através de varias declarações.

“O SPED propiciará a entrega única do que hoje é realizada em varias obrigações acessória, centralizando em um banco de dados único, que pode ser acessado pelo Fisco interessado, observando o sigilo garantido na constituição Federal.”

3.6 Nota Fiscal Eletrônica – NF - e:

A Nota Fiscal Eletrônica passou a ser uma realidade para as legislações brasileiras desde outubro 2005, com a aprovação do Ajuste SINIEF 07/05, o que veio a ser um avanço e ao mesmo tempo grande desafio para as empresas que viriam a se adequar na emissão porque mesmo com a obrigatoriedade muitas dessas empresas tiveram que buscar suporte.

³ Disponível no site: www.receita.fazenda.gov.br/sped/apresentação > Consulta em 01/06/2013.

⁴ Clausula primeira Fica instituída a Nota Fiscal Eletrônica – NF - e, que poderá ser utilizada pelos contribuintes do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI ou Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de comunicação – ICMS [...].

Com a informatização veio à substituição de alguns documentos fiscais como a exemplo da nota fiscal em papel para um processo digital.

Diz a Azevedo, Mariano (2009, p.83) conceituar NF - e:

“um documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, com intuito de documentar uma operação de circulação de mercadorias ou prestação de serviços, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso fornecida pela administração tributaria do domicilio do contribuinte.”

Em Sergipe a NF - e - Nota Fiscal Eletrônica surgiu a partir da portaria nº 739/2008 – SEFAZ de 28 de julho de 2008.

⁵ “dispõe sobre o credenciamento dos contribuintes obrigados à emissão da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e. Considerando o disposto no art. 328-S, do Regulamento de ICMS, com a redação dada pelo Decreto nº 24.597, de 18 de julho de 2007.”

Trata-se de um documento exclusivamente eletrônico que contem dados do contribuinte emitente, do destinatário e da operação a ser realizada, assinado com Certificado Digital no padrão ICP-Brasil – tipos A1 ou A3 para garantir a validade jurídica do documento, acesso a internet, possuir a versão adequada de JAVA instalado, solicitar credenciamento prévio junto à SEFAZ/SE.

3.6.1 Processamento da NF-e:

Segundo Azevedo, Mariano (2009, p 547) simplifica o processo da NFe nos seguintes passos:

⁴ Disponível no site: www.nfe.fazenda.gov.br/legislação> Consulta em 01/06/2013.

⁵ Idem.

- I. A empresa emissora de NF-e gerará um arquivo eletrônico contendo as informações fiscais da operação comercial e o assina digitalmente através do certificado digital para garantir integridade dos dados;
- II. O arquivo com dados da nota é transmitido pela internet para Secretaria da Fazenda de competência do contribuinte;
- III. A Sefaz recebe o arquivo e devolve um protocolo de recebimento, faz uma pré-validação verificando a assinatura digital e consistência do arquivo XML, autoriza o uso da NF-e devolvendo um protocolo de Autorização de Uso sem o mesmo não poderá haver o trânsito da mercadoria;
- IV. A Sefaz enviará o arquivo à Secretaria Receita Federal, que é repositório nacional, com a autorização de uso a mercadoria pode transitar circulando com DANFE-Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica nas operações interestaduais;
- V. Recebida a mercadoria o destinatário deve escriturar a NF-e conforme arquivo enviado pelo emitente se ele não for emissor da NF-e faz escrituração pelo DANFE que deve ser arquivado como se fosse nota fiscal.

3.6.2 DANFE

Segundo Azevedo, Mariano (2009), conceituar DANFE é:

O DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) não substitui a nota fiscal modelo 1 ou 1-A, porque é apenas um instrumento auxiliar para consulta da NF-e, que deve ser acompanhar a mercadoria em trânsito, podendo ser impresso em papel comum, em única via e conterá impressa, em destaque, a chave de acesso para consulta da NF-e na internet e um código de barras unidimensional para facilitar a captura e a confirmação de informações da NF-e pelos Fiscos.

⁶O DANFE deverá acompanhar o trânsito da mercadoria. Será impresso em papel comum, de única via, tendo em destaque a chave de acesso para consulta da NF-e e um código de barras que facilitará o acesso das informações aos Postos Fiscais das fronteiras dos demais estados. Sendo que as informações encontram-se disponíveis na internet, basta o fiscal ter o DANFE, para ter todas as informações de que necessita.

3.6.3 CANCELAMENTO

Conforme Azevedo, Mariano (2009):

O cancelamento somente pode ser feito em até 168 horas da autorização da nota fiscal, após esse prazo não é possível se cancelar uma nota fiscal eletrônica restando apenas a opção de emissão de uma nota fiscal de

⁶ Disponível no Site: www.nfe.fazenda.gov.br> Consulta em 01/06/2013.

entrada eletrônica anulando a operação. Para efetivar o cancelamento de uma NF-e que ela tenha sido autorizada anteriormente, porque a empresa enviará um arquivo, assinado digitalmente para Sefaz solicitando o cancelamento e informando:

- ✓ A chave de acesso;
- ✓ O número do protocolo de autorização;
- ✓ A justificativa do cancelamento.

⁷De acordo com Ajuste SINIEF 07/2005 a cláusula 12^o. Em um prazo não superior a vinte e quatro horas, contado do momento em que foi concedida a Autorização de Uso da NF-e, de que trata o inciso III da cláusula 7^o, o emitente poderá solicitar o cancelamento da respectiva NF-e, desde que não tenha havido a circulação da mercadoria ou a prestação de serviço e observadas as normas constantes na Cláusula 13^o. Parágrafo único. A critério de cada unidade federada, em casos excepcionais, poderá ser recepcionado o pedido de cancelamento de forma extemporânea.

3.7 ECD – Escrituração Contábil Digital

⁸“Instrução Normativa” 787/2007 institui a ECD que passou a ser obrigatória a determinadas pessoas jurídicas enquadradas no regime de Lucro Real com relação a fatos contábeis substituindo livros contábeis como livro Diário, livro Razão e livro Balancetes Diários, balanço e fichas de lançamento comprobatórios dos assentamentos neles transcritos. Estão obrigados a adotar a ECD: em relação ao fatos contábeis ocorridos a partir de 1^o de janeiro de 2008, as sociedades empresariais sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, e sujeitas à tributação do imposto de Renda com base no Lucro real e em 1^o de janeiro de 2009, as demais sociedades empresariais sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real.

Segundo Azevedo, Mariano (2009) Explica a ECD:

A ECD visa resumidamente substituir os livros da escrituração mercantil pelos seus equivalentes digitais. É o início de uma nova era, onde a legislação fiscal dá o “pontapé inicial” sobre a substituição do papel pelos arquivos eletrônicos.

⁷ Disponível no Site: www.nfe.fazenda.gov.br> Consulta em 01/06/2013.

⁸ Disponível no Site: www.receita.fazenda.gov.br/legislacao> Consulta em 01/06/2013.

3.8 EFD – Escrituração Fiscal Digital

Visa substituir a obrigação de escriturar os livros fiscais em papel para entrega de arquivos digitais, assinados digitalmente, abrangendo contribuintes do ICMS/IPI e as contribuições PIS/Pasep e Cofins pelas pessoas jurídicas que atentem ao regime de Lucro Real, Presumido e Arbitrado.

⁹A EFD- Escrituração Fiscal Digital é um arquivo digital, que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte. Este arquivo deverá ser assinado digitalmente e transmitido, via internet ao ambiente SPED.

¹⁰O SPED Fiscal foi instituído pelo convenio do ICMS nº 143, de 15 de dezembro de 2006 estabelecendo sua obrigatoriedade, e o Ato COTEPE/ICMS nº 09/2008 dispõe sobre as especificações técnicas para geração de arquivos da EFD.

Segundo Young (2009, p.148) a partir da sua base de dados a empresa deverá gerar um arquivo digital de acordo com leiute no Ato COTEPE/ICMS nº 09/2008.

Este arquivo deverá ser submetido à importação e validado no PVA fornecido pelo SPED.

Em 2012 surge um novo projeto do SPED a EFD-contribuições que é m arquivo digital a ser utilizado pelas pessoas jurídicas contribuintes do PIS/Pasep e Cofins e a contribuição Previdenciária sobre a receita.

¹¹O arquivo da EFD-contribuições deverá ser validado, assinado e transmitido via internet, ao ambiente SPED.

¹²Conforme disciplina a Instrução Normativa nº 1.252 de 1 de março de 2012, estão obrigadas a escrituração fiscal digital em referencia:

- I. Em relação à contribuição para PIS/Pasep e á Cofins, referente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 202, as pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre Renda com base no Lucro Real;
- II. Em relação à contribuição para PIS/Pasep e á Cofins, referente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 202, as pessoas

⁹ Disponível no Site: www.receita.fazenda.gov.br/sistemas> Consulta em 01/06/2013

¹⁰ Idem

¹¹ idem

¹² Disponível no Site: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/2012/in12522012.htm>> Consulta em 01/06/2013.

jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre Renda com base no Lucro Presumido e Arbitrado.

III. (...)

IV. Em relação à contribuição Previdenciária sobre a receita, referente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de março de 2012, as pessoas jurídicas que desenvolvem as atividades relacionadas nos arts. 7º e 8º da medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 2011.

4 ATIVIDADES DO ESTÁGIO E ANÁLISES DOS RESULTADOS:

As atividades foram desenvolvidas no período de 02 de janeiro a 03 de março de 2013 com carga horaria de 80 horas, sendo supervisionado pelo contador Leonardo Santos de Alcântara, CRC/SE 3575 o qual acompanhou o estudante em suas atividades propostas na empresa para contemplar seu objetivo que é analisar a importância do SPED e os benefícios da NF-e.

4.1 Identificar Referencial Teórico Acerca de Documentos Contábeis e Documento Digital;

Como já foi abordado nos aspectos conceituais o SPED esta dividido em três subprojetos:

4.1.1 NF-e – Nota Fiscal Eletrônica

Segundo citado neste trabalho Azevedo, Mariano (2009, p. 83):

“um documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, com intuito de documentar uma operação de circulação de mercadorias ou prestação de serviços, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso fornecida pela administração tributária do domicílio do contribuinte.”

4.1.2 ECD – Escrituração Contábil Digital

¹³É a parte integrante do projeto SPED e tem por objetivo a substituição da escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo, ou seja, corresponde á obrigação de transmitir, em versão digital os seguintes livros:

- I. Livro Diário e seus auxiliares se houver;
- II. Livro Razão e seus auxiliares se houver;
- III. Livro Balancetes Diários Balanço e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

¹³ Disponível no site: www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-contabil/o-que-e.htm>Consulta em 02/06/2013.

¹⁴Segundo ainda portal do SPED a Instrução Normativa RBF nº 787/07, estão obrigadas a adotar a ECD as sociedades empresariais sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado e sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real e a partir de 1º de janeiro de 2009, as demais sociedades empresarias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real.

4.1.3 EFD-contribuições

¹⁵Segundo RBF a EFD-contribuições trata-se de um arquivo instituído no SPED - Sistema Público de Escrituração Digital, a ser utilizado pelas pessoas jurídicas de direito privado na escrituração da contribuição para o PIS/Pasep e Cofins nos regimes de apuração não-cumulativo e cumulativo, e a partir de 1 de julho de 2012 passou a ser obrigatória para pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Lucro Real, Lucro Presumido e Arbitrado.

A empresa em estudo só entrou na obrigatoriedade da NF-e em dezembro de 2012, conforme portaria nº 739/2008 – SEFAZ de 28 de julho de 2008, citado no item 3. Deste estudo.

A partir de janeiro de 2013 a EFD-contribuições passou a ser obrigatória para empresa em estudo conforme citado no item 3. deste relatório, já a ECD não esta obrigatória pois a empresa esta enquadrada no Lucro Presumido sendo que ECD é por enquanto obrigatória para empresas do Lucro Real.

4.2 Destacar as Vantagens da NF-e para a Empresa no ramo de Comércio e Serviços Ltda;

Destacando as vantagens que a NF-e trouxe para empresa desde que deixou de utilizar nota fiscal modelo 1(um) e passou a emitir NF-e, pode-se notar que foram inúmeras, que vai desde do custo na aquisição de bloco de notas fiscais como também na hora da escrituração diminuindo a possibilidade de erro, tempo gasto na hora da escrituração da mesma.

Os benefícios da NF-e foram visíveis assim que foram implantados, como a redução nos custos com impressão de papeis. Antes as obrigação era em papeis,

¹⁴ Disponível no Site: www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-contabil/o-que-e.htm> Consulta em 02/06/2013.

¹⁵ Disponível no Site: www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/efd-contribuicoes/o-que-e.htm> Consulta em 02/06/2013.

com a aprovação do ajuste SINIEF 07/2005 a Nota Fiscal passou a ser a sua obrigação eletronicamente, o que antes era emitido em 4 (quatro) vias, na ordem que a 1º e 3º fica com cliente, 2º fixa no talão para controle da empresa ou eventual fiscalização de órgãos competentes e a 4º do contador para escrituração fiscal e apuração dos impostos devidos. Agora eletrônica ela contempla de um documento em papel denominado de (DANFE) que acompanha as mercadorias em trânsito, facilitando a conferência da NF-e na internet pelos postos fiscais.

Tabela 1 – Redução de Custos de Aquisição de Papel 2013.

TIPOS DE NF	EMITIDAS NO DIA	EMITIDAS NO MÊS	EMITIDAS NO ANO
NOTA MANUAL FISCAL	30	120	1440
NOTA FISCAL ELETRÔNICA	30	30	360
REDUÇÃO DE PAPEL	0	90	1080

Fonte: FERREIRA, Ana Paula Santos, acadêmica, 8º período do curso Ciências Contábeis – FAMA, 2013.1.

De acordo com a tabela 1 acima, a empresa emitia 120 notas fiscais modelo 1 no mês, com a eletrônica deixara de emitir pelo menos 3 vias a cada nota fiscal, representando uma redução em média de 90 (noventa) folhas por mês ou 1080 (um mil e oitenta) por ano.

A adesão foi vantajosa, pois reduziu a utilização de formulários e garantiu mais produtividade, uma vez que os procedimentos na emissão são simplificados, tanto quanto o armazenamento, remissão e consultar documentos fiscais. O seu cancelamento é imediato não precisando ser formulário impresso, reduzindo ainda custo na impressão, com o envio e confirmação do recebimento da nota pelo emitente, os erros e problemas de pagamento, como falta de pagamento alegada pela falta de recebimento da fiscal foram minimizados.

A empresa ainda se beneficiou no armazenamento de documentos fiscais, pois antes da implantação da NF-e havia a necessidade de se armazenar as notas fiscais e seus talões por no mínimo 5 (cinco) anos em função de uma eventual fiscalização dos órgãos pertinentes, a partir da NF-e esse armazenamento ficou a cerca de um arquivo digital ao invés de papel as empresas passarão a guardar

apenas documentos virtuais, não havendo a necessidade de locação de espaço nem mesmo de um arquivista.

Nesse caso o arquivo será digital, cabendo à empresa se guarnecer dos meios de segurança necessários para manter intactos os arquivos durante o período prescricional do tributo.

Facilitou ainda na hora de obrigações acessórias, como dispensa de AIDF – Autorização para Impressão de Documentos Fiscais com a emissão da NF-e porque a autorização ocorrerá nota a nota.

Redução de tempo de parada de caminhões em Postos Fiscais de Fronteira, pois os mesmos vêm se aparelhando com leitores óticos que facilita a captura da chave de acesso e consulta da validade da nota fiscal, a empresa passou a adotar o uso de relacionamentos eletrônicos com seus clientes o B2B(Business to Business) que significa a pratica por empresas entre fornecedores e clientes, permitindo um ambiente de relacionamento e troca de informações entre os parceiros de negócios usando padrão XML – Extensível de Marcação Genérica.

¹⁶Além de facilitar o trabalho devo destacar alguns outros benefícios proporcionados pela NF-e ela também traz benefícios a todos envolvidos no processo como o contribuinte comprador (receptor da Nf-e), sociedade e Administrações Tributárias.

Benefícios para o Contribuinte Comprador (Receptor da NF-e)

- Eliminação de digitação de notas fiscais na recepção de mercadorias; Planejamento de logísticas de entrega pela recepção antecipada da informação da NF-e;
- Redução de erros de escrituração devido a erros de digitação de notas fiscais;
- Incentivo a uso de relacionamentos eletrônicos com fornecedores (B2B);

Benefícios para a Sociedade

- Redução do consumo de papel, com impacto e termos ecológicos;
- Incentivo ao comercio eletrônico e ao uso de novas tecnologias;
- Padronização dos relacionamentos eletrônicos entre empresas;
- Surgimento de oportunidades de negócios e empregos na prestação de serviços ligados a Nota Fiscal Eletrônica.

Benefícios para as Administrações Tributárias

- Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal;
- Melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos;
- Redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito;
- Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação;

¹⁶ Disponível no site: <http://nfe.sefaz.se.gov.br/beneficios.htm>>consulta em 02/06/2013.

- Suporte aos projetos de escrituração eletrônica contábil e fiscal da Secretaria da Receita Federal e demais Secretaria de Fazendas Estaduais.

4.3 Evidenciar Impacto do SPED e NF-e para uma Empresa no ramo Comércio e Serviços Ltda;

O impacto de imediato para as empresas foi o de entender o novo sistema proposto pelo Fisco.

A empresa teve que se adequar as novas tecnologias propostas, tendo que participar de varias palestras e cursos para poder se aperfeiçoar ao EFD-contribuições fizeram leitura de vários informativos sobre o assunto, tendo acessória da contabilidade, adquirir softwares, hardwares para que os processos do SPED tenham uma comunicação eficiente, e foi onde sentiu maior dificuldade, pois sabia que a aquisição desses softwares custaria caro, mas que seria imprescindível para garantir assim o fluxo das informações, e conseqüentemente, o atendimento completo ao SPED.

Sentiu a necessidade de mão de obra especializada para uso do sistema, dai percebeu-se a importância do profissional de contabilidade, por ele ter grande conhecimento acerca de documentos fiscais facilitando ainda ao usuário no manuseio do programa além mostrar a riqueza de informações gerencial que o empresário obterá para ser utilizada na tomada de decisão.

A empresa percebeu que não houve a substituição das obrigações acessórias pelo SPED, uma vez que a empresa ainda esta obrigada a maioria das obrigações propostas pelo Fisco, isto sobrecarrega os profissionais responsáveis que estão na expectativa de que o SPED venha a substituir de vez todas as outras obrigações, isso fez com que a se aprimorasse ainda mais seus conhecimentos na área com a ajuda do profissional contábil e assim cumprir com as responsabilidades fiscais do SPED.

Evidenciou mudança no seu processo de faturamento que passa a ser eletrônico, no recebimento de notas fiscais, assim como também a atendimento as obrigações fiscais nos novos prazos.

A implantação do EFD-contribuições trouxe alguns impactos para a empresa em estudo como pode ser vista no quadro 1 (um).

Quadro 1 – Impactos com Implantação do SPED

MUDANÇA	DESCRIÇÃO
MAIOR EXPOSIÇÃO	Com a tecnologia, Fisco poderá acompanhar mais de perto as transações da empresa.
PADRONIZAÇÃO	A integração da Receita Federal com as secretarias estaduais e municipais da Fazenda padronizará a maneira das empresas apresentarem relatórios fiscais à maneira das empresas apresentarem relatórios fiscais e contábeis.
SIMPLIFICAÇÃO	A necessidade de imprimir e armazenar livros contábeis e fiscais será eliminado.
DESBUROCRATIZAÇÃO	Livros fiscais e contábeis passam a ser eletrônicos e a autenticação, que eram feitos impressos para autenticar pelo Fisco, passa a ser digital.

Fonte: Ferreira, Ana Paula Santos, acadêmica, 8º período do curso Ciências Contábeis – FAMA, 2013.1.

Como mostra o quadro 1(um) à empresa fica exposta, pois o arquivo gerado na empresa que é enviado ao Fisco contém todas informações sobre sua empresa, como dados das faturas das notas fiscais de maneira que terá que enviar todas as informações como notas fiscais de entrada e saída ele ainda tem o controle dos dados e os vencimentos das faturas das notas fiscais, dessa forma, o Fisco terá como projetar o fluxo de caixa da empresa, de forma que diminuindo desvios de informações e fraudes nos tributos devido a integração entre todos os órgãos de fiscalização afins. Trouxe agilidade por conta da substituição dos livros impressos não sendo mais obrigados.

Os impactos com a implantação da NF-e constitui-se no importante avanço tecnológico para todos envolvidos no processo trazendo números benefícios para a empresa em estudo, destacam-se entre os principais benefícios identificados como:

- Redução do consumo de papéis trazendo benefícios ambientais;
- Redução na impressão, armazenamento e envio de documento fiscal dispensado assim local para armazenar documentos como era feito antes da NF-;
- Dispensa da AIDF simplificando as obrigações acessórias;
- Incentivo a uso de relacionamentos eletrônicos com cliente e fornecedores (B2B) e o uso d novas tecnologias;

- Padronização dos relacionamentos eletrônicos entre empresas aumentando assim a confiabilidade do documento digital;
- Diminuição da sonegação fiscal de impostos;

O que se pode ver que a NF-e impactou na economia da cadeia de valor, ela traz maior transparência e responsabilidade fiscal, utilização das novas tecnologias integrando cada vez mais relações entre clientes e fornecedores.

Podemos ver através do quadro abaixo a implantação da NF-e trouxe aspectos positivos e negativos:

Quadro 2 – Aspectos positivos e negativos da implantação NF-e

ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
Fortalecimento do controle e da fiscalização na troca de informações entre Fisco.	Dificuldade em adquirir programas adequados e mão-de-obra especializada.
Aumento da produtividade do auditor pelo fato de manter arquivo digital.	Excessiva exposição do contribuinte.
Redução nos custos administrativos.	Custos na aquisição de certificados para envio na NF-e
Aumento na produtividade dos funcionários.	Cancelamento da NF-e
Maior confiabilidade do documento enviado ao Fisco.	

Fonte: Ferreira, Ana Paula Santos, acadêmica, 8º período do curso de Ciências contábeis – FAMA, 2013.1.

O presente quadro define os impactos positivos e negativos que a NF-e trouxe para empresa, positivamente podemos ver que ela beneficia tanto a empresa como órgãos e fiscalização competente no que diz respeito a ganho de tempo em uma eventual fiscalização devido toda documentação ser digital.

Pode-se notar também redução custos com impressão e armazenamento de papéis o que antes teria que ser impresso a nota fiscal em pelo menos 4(quatro) vias hoje sendo necessário somente 1(um) para transito das mercadorias sem contar em dispor de um local apara armazenar esses papei durante 5 anos, houve um aumento na produtividade dos funcionários devido ganho de tempo na emissão das notas pois antes tinha muitos erros de escrituração precisando ser escriturada novamente. Trouxe maior confiabilidade para Secretarias de Fazenda diminuindo fraudes.

Na questão negativa podemos observar a dificuldade em se adquirir softwares que se adequasse aos novos sistemas impostos pelo fisco a empresa devido ao elevado custo que esses softwares custariam, mas que necessários pra realização com sucesso da transmissão dos arquivos exigidos.

Houve uma desconfiança por parte do contribuinte no começo para onde iriam todas aquelas informações e quem estaria de posse delas, umas das dificuldades que causou impactos de imediato foi no cancelamento da NF-e pelo fato de antes o contribuinte poderia cancelar a nota fiscal manual a qualquer tempo desde que sua mercadoria ainda estivesse no estabelecimento, já com a NF-e fica obrigado ao cancelamento somente no prazo de 24 horas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo teve como objetivo analisar a importância do SPED e os benefícios da NF-e, para atingir o objetivo proposto foi preciso levantar uma pesquisa de cunho teórico acerca de documentos contábeis e digitais a respeito do SPED e da NF-e.

Enfim, destaca-se a importância deste estudo no meio acadêmico, principalmente para o curso de Ciências Contábeis, visto que o assunto ainda é novo e pouco explorado na leitura científica.

A empresa obteve algumas vantagens com implantação da NF-e como redução nos custos administrativos entre outros, além de beneficiar ao receptor da NF-e, Administradores Tributários e a sociedade a, empresa ainda terá maior confiabilidade nas informações, alcançadas padronização que devem ser prestadas a unidades federais, viabilizando formas de aperfeiçoarem seu tempo e seus custos.

Observando aos impactos causados na empresa pelo SPED (EFD-contribuições) e NF-e é que com auxílio dessa nova ferramenta do Fisco terá um maior controle de fiscalização em arrecadação, agilizando as fiscalizações evitando sonegações. Surgiu receio de que a informações da empresa estaria mais exposta pelo fato de não saber para onde iria de fato e por quem essas informações estariam sendo vistas.

Outro aspecto impactante que eu pude notar foi a preocupação do dono da loja foi com o layout do SPED exigidos pela Receita Federal questionou-se se seu pessoal estaria preparado para alimentar esses dados corretamente, mas com a minha ajuda e do contador profissionais capacitados na área fiscal podemos ajudar aos funcionários em suas dúvidas.

Este estudo contribuiu para aprimorar ainda mais meus conhecimentos na área fiscal, já que tive a oportunidade de vivenciar a implantação dos sistemas na empresa.

Ressalta a importância deste tema para as práticas contábeis e organizações como forma de aperfeiçoar o trabalho assíduo dos profissionais envolvidos com este projeto sugerindo cursos de aperfeiçoamento e participação de palestras junto ao pessoal da contabilidade para que houvesse a integração dos mesmos.

REFERÊNCIAS

RIBEIRO, OSNI MOURA, **CONTABILIDADE GERAL fácil**, 3.ed.São Paulo:Saraiva,2002.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 23ª ed., São Paulo: Atlas, 1996.

AZEVEDO, OSMAR REIS, MARIANO, PAULO ANTONIO, **SPED: SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL**, 2.ed.São Paulo: IOB,2009.

JUNIOR, EDISON GARCIA, **Projeto Educação Continuada em Parceria com a Domínio Sistema**, 2009. Curso de SPED – NF-E – EFD – ECD, 2009.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **SPED: Sistema Público de Escrituração Digital**. Juruá Editora. Curitiba: Juruá, 2009.